



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as práticas adotadas pela Caixa Econômica Federal no âmbito da gestão e da execução dos contratos de permissão de serviços lotéricos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão de Administração e Serviço Público, a realização de Audiência Pública para debater as práticas adotadas pela Caixa Econômica Federal no âmbito da gestão e da execução dos contratos de permissão de serviços lotéricos, especialmente quanto aos impactos econômicos, regulatórios e operacionais sobre a rede de permissionários lotéricos, a expansão dos canais digitais, a transparência dos estudos técnicos que fundamentam as decisões da instituição e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de permissão.

Para tanto, requeiro que sejam convidados:

1. Vice-Presidente de Varejo da Caixa Econômica Federal;
2. Diretor-Presidente da Caixa Loterias;
3. Diretor de Rede de Varejo e Adimplência da Caixa Econômica Federal;
4. Senhora Maria Luzia Fernandes Alves, Presidente do Sindicato dos Comissários e Consignatários do Estado do Espírito Santo – SINCOES;
5. Senhor, Wilson Santana Venturim, Advogado do Sindicato dos Comissários e Consignatários do Estado do Espírito Santo – SINCOES;
6. Senhor, Rodney Cypreste Oliveira, lotérico.
7. Senhora, Lane D’Arc Moraes, vice presidente SINCOES

JUSTIFICAÇÃO

A rede de unidades lotéricas exerce função de relevante interesse público, atuando como parceira da Caixa Econômica Federal na comercialização de produtos lotéricos e na prestação de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

serviços bancários essenciais à população brasileira. Em milhares de municípios, especialmente nas localidades de menor porte, as casas lotéricas representam o principal canal de acesso da população a pagamentos de benefícios sociais, recebimento de contas, serviços financeiros e apostas das loterias federais, desempenhando papel estratégico para a inclusão financeira e para a capilaridade da atuação estatal.

Entretanto, recentes informações encaminhadas pela Caixa Econômica Federal ao Congresso Nacional, em resposta ao Requerimento de Informação nº 1.214/2026, suscitaram dúvidas relevantes acerca da condução das políticas adotadas pela instituição em relação aos permissionários lotéricos.

As justificativas apresentadas quanto à expansão dos canais digitais, à remuneração das apostas eletrônicas e à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos revelam inconsistências que merecem ser amplamente debatidas por esta Comissão, especialmente diante dos impactos econômicos experimentados pela rede física de lotéricas.

Também merecem esclarecimentos as políticas relacionadas à imposição de cotas mínimas para comercialização da Loteria Federal, à adoção de mecanismos automáticos de bloqueio de contas operacionais vinculadas ao sistema Pix e ao tratamento conferido às unidades lotéricas na condição de correspondentes bancários.

As medidas relatadas pelos permissionários indicam possíveis distorções entre os objetivos regulatórios alegados pela instituição e os efeitos concretos suportados pelos empresários responsáveis pela execução dos serviços delegados, com potenciais reflexos sobre a continuidade e a eficiência da prestação dos serviços públicos.

Outro aspecto que demanda atenção desta Comissão refere-se à transparência dos estudos técnicos que fundamentaram a expansão dos canais digitais e as alterações implementadas no modelo de negócios da Caixa Econômica Federal.

Embora a instituição afirme possuir estudos que demonstrariam a viabilidade econômica e jurídica das medidas adotadas, tais documentos não foram disponibilizados para conhecimento do Parlamento e das entidades representativas da categoria, dificultando a avaliação objetiva dos impactos regulatórios e da preservação do equilíbrio contratual assegurado aos permissionários.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Diante da relevância econômica, social e institucional da matéria, torna-se imprescindível promover audiência pública que reúna representantes da Caixa Econômica Federal, da Caixa Loterias, das entidades representativas dos permissionários e especialistas diretamente envolvidos na execução dos contratos de permissão.

O debate permitirá que esta Comissão obtenha informações técnicas, promova o contraditório institucional e avalie eventuais aperfeiçoamentos legislativos ou administrativos destinados a assegurar maior transparência, segurança jurídica, equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adequada prestação dos serviços lotéricos e bancários delegados à rede de unidades lotéricas.

Sala da Comissão, ____ de _____ de 2026.

CABO GILBERTO SILVA

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 13/07/2026 16:49:38.917 - CASP

REQ n.45/2026

